

MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 28 DE ABRIL 2026

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA PAPA JOÃO XXIII – FÁTIMA – FASE I – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **Ofício n.º 38035/2026**, datado de **2026.04.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2026.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2026 – 1,06 euros -----

----- Ano 2027 – 1.809.773,33 euros -----

----- Ano 2028 – 3.619.545,61 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao procedimento de “P019/2020 – Elaboração do projeto de execução para a requalificação da Av. Papa João XXIII – Fátima”, de que é adjudicatária a firma **JERFI – Projetos e Consultoria, Limitada** (com sede na Avenida Bernardo Santareno, n.º 37, 1.º direito, em Santarém), cujo estudo prévio foi aprovado por deliberação de 05 de julho de 2021, foi apresentada a informação registada sob o n.º 35.792/2026, da **Divisão de Projetos Técnicos**, a dar conta de que a empreitada será lançada em duas fases (Fase I – Entre a Rotunda dos Peregrinos e a nova rotunda a construir e a Fase II – Entre a Rotunda dos Pastorinhos e a nova rotunda a construir) e a propor a assunção dos compromissos plurianuais para a primeira fase, com custos estimados em 1.707.333,33€ + IVA para 2027 e 3.414.666,67€ + IVA para 2028. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 16 de abril corrente, a remeter o processo para autorização da despesa plurianual referente à Fase I (1,06€ – 2026, 1.809.773,33€ – 2027 e 3.619.545,61€ – 2028), pressupondo seis meses de execução em 2027 e doze meses em 2028. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----



= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, como já disse na sua intervenção, a única coisa aqui onde não houve inflação foi na comparticipação do Estado. Ou seja, e é importante recordarmos, e recordo-me perfeitamente, foi na primeira Assembleia onde tive como membro eleito. E lembro-me bem a ênfase com que disse que era uma vergonha, ou qualquer coisa assim do género, a comparticipação. E estamos a falar de 2017 que, na altura eram 800.000 ou 700 e muitos, e, portanto, era uma obra que não tinha nem sequer esta dimensão. -----
Portanto, acho que deve fazer os seus esforços. A obra faz todo o sentido. -----
Obviamente que que a sua indignação na altura é mais relevante agora, uma obra custa três vezes mais do que há nove anos, e depois com a mesma comparticipação.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Assembleia Municipal de Ourém, 28 de abril 2026 -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,